

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro envia nove ministros para a Amazônia.....	2
Título: Política de preço para gás de cozinha chega ao fim.....	3
Título: Déficit primário não será zerado no atual governo	4
Título: Após pressão do Planalto, Supremo adia decisão sobre tabela do frete	6
Título: Nova política de dividendos da Petrobras não será imediata	8
Título: Venda de estatais impulsiona negócios no país	9
Título: Eletrobras e Correios são as mais atrativas no PPI	11
Título: Voltalia aposta em leilões de renováveis.....	13
Título: Quantum vence PPP de iluminação	14
Título: PPSA adota sistema digital para contratos do pré-sal.....	15
Título: Veto a queimadas afeta as usinas da região Nordeste.....	17
Título: Brasil considera elevar cota para o etanol dos EUA	18
Título: Braskem perde valor e complica conversas de ODB com bancos	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	22
Título: Ministros recorrem a Guedes em busca de mais recursos.....	22
Título: » Fezinha.	23
Título: A foto e o filme	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Governo acaba com subsídio ao gás de cozinha da Petrobras	26
Título: Comitativa de ministros discutirá fogo na Amazônia	28
VEÍCULO: O Globo.....	29
Título: Governo acaba com diferença de preço no gás de cozinha.....	29

Título: Fábrica de crises.....	29
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	31
Título: De olho nas tarifas de energia elétrica	31

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa e Renan Truffi | De Brasília

Título: Bolsonaro envia nove ministros para a Amazônia

O presidente Jair Bolsonaro decidiu enviar uma comitiva de nove ministros para a Norte, no momento em que seu governo está sob críticas no mundo todo por causa do aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia. Os ministros visitarão Belém na segunda e Manaus na terça-feira da semana que vem.

Segundo material divulgado pela Casa Civil, o presidente tomou a decisão após ter recebido governadores dos Estados amazônicos na terça-feira passada.

Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, os ministros vão encontrar governadores para "ouvir demandas e, juntos, buscar soluções para as questões que envolvem a região, levando em conta a especificidade de cada Estado".

No material, Onyx critica "a esquerda europeia" por, segundo ele, usar a questão ambiental "como um aríete ideológico".

Nesta semana, o presidente Jair Bolsonaro recusou uma ajuda de US\$ 20 milhões oferecida pelo G-7 por condições impostas pelos europeus para a liberação dessa verba, após trocar acusações com o presidente francês, Emmanuel Macron.

Onyx afirma no material divulgado que "o G-7 não se limita à França" - e que "o governo britânico também acenou com recursos".

Além de Onyx, viajarão os ministros Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional; Jorge Oliveira, da Secretaria-Geral da Presidência; Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo; Fernando Azevedo, da Defesa; Tereza Cristina, da Agricultura; Ricardo Salles, do Meio Ambiente; Damares Alves, da Mulher, Família e dos Direitos Humanos; e **Bento Albuquerque, de Minas e Energia**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Política de preço para gás de cozinha chega ao fim

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) revogou a norma que permitia a prática de preços diferenciados do gás liquefeito de petróleo (GLP), mais conhecido como gás de cozinha.

A medida passa a valer em março de 2020, mas o governo acredita que terá efeitos imediatos sobre o preço, visto que o mercado já começará a se adequar ao novo cenário.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que o fim da política de preços diferenciados para o gás de cozinha deve resultar em redução dos preços para o consumidor final. Albuquerque mencionou simulações feitas em conjunto com a equipe econômica, mas não divulgou uma estimativa oficial.

Albuquerque acredita que o preço do gás de cozinha na refinaria, hoje em cerca de R\$ 23 para o equivalente a um botijão de 13 quilos, passaria a algo entre R\$ 16 ou R\$ 17 com a mudança. "Acabando com a diferenciação, quem comercializa isso vai poder vender mais barato." Dona de 99% do mercado, a Petrobras aplica um preço menor para esse botijão, compensando a diferença no restante do gás. Essa diferença, que segundo o ministro já passou dos 70%, está hoje em cerca de 5%.

Na avaliação do governo, o fim da diferenciação terá um efeito positivo sobre atração de novos investimentos no setor e ampliação da concorrência, com consequências diretas sobre o preço final do produto. Cerca de 70% do gás natural liquefeito vendido atualmente no país é envazado em botijões de 13 quilos.

"Já temos um exemplo disso com a Copagás, que firmou contrato com a Bolívia para importação e abastecimento do Centro-Oeste. Entendemos que os preços internacionais estão favoráveis para acabar com a diferenciação", disse o ministro.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o fim da prática de preços diferenciados corrige distorções entre o GLP comercializado em botijões de até 13 kg e o granel e incentiva a entrada de outros agentes nas etapas de produção e importação. "A mudança contribui com o aumento da oferta de GLP e o desenvolvimento do mercado", informou o ministério em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão e Lu Aiko Otta | De Brasília

Título: Déficit primário não será zerado no atual governo

Mesmo com a aprovação da reforma da Previdência, não será possível zerar o déficit primário no governo central até o fim do mandato do presidente Jair Bolsonaro, informou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. O Ministério da Economia apresenta hoje o projeto de lei do Orçamento de 2020. O déficit projetado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 é R\$ 124 bilhões.

No início de 2019, o ministro da Economia, Paulo Guedes, falava em zerar o déficit primário ainda este ano. "Ele contava com a receita quase integral do leilão de excedentes da cessão onerosa", explicou o secretário. No entanto, já está certo que esses recursos serão partilhados com Estados e municípios. Dos R\$ 106 bilhões estimados com o leilão, o Tesouro deverá ficar com R\$ 50 bilhões. O cálculo considerava, também, uma "montanha" de recursos extraordinários.

Ontem, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) confirmou para 6 de novembro o leilão da cessão onerosa. Se não houver atrasos, os recursos deverão ingressar nos cofres do Tesouro no dia 27 de dezembro. Pelo cronograma apertado, o secretário descartou o uso desses recursos ainda em 2019.

Para zerar o déficit até 2022, será necessário elevar a arrecadação baseada no crescimento da economia, o que é incerto. Além disso, a revisão dos benefícios tributários poderia ajudar a melhorar o resultado. Segundo o secretário, se fosse feito esse trabalho, o resultado primário poderia ficar próximo de zero. Sobre 2019, Mansueto disse que o resultado deve ficar entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões abaixo da meta de déficit primário de R\$ 130 bilhões. A tendência é que em 2020 o resultado também fique abaixo da meta de déficit fixada.

Mansueto divulgou ontem o resultado das contas do governo central no mês de julho. Foi registrado um déficit de R\$ 5,995 bilhões, 22,4% menor, em termos

reais, do que os R\$ 7,448 bilhões de julho de 2018. É o melhor desempenho para meses de julho dos últimos cinco anos. No acumulado do ano, o déficit está em R\$ 35,249 bilhões, 9,8% melhor, em termos reais, que em igual período de 2018.

Pelo lado das receitas, disse o secretário, houve uma "surpresa" pelo lado das receitas, que apresentaram aumento real de 4,3% no comparativo do mês. Segundo a Receita Federal, movimentações societárias elevaram os recolhimentos do Imposto de Renda em aproximadamente R\$ 3 bilhões. Essa arrecadação extraordinária ajudará a melhorar o resultado do ano, disse o secretário. Junto com os recursos recuperados pela Lava-Jato (R\$ 2,5 bilhões), cujo uso ainda está em discussão, são aproximadamente R\$ 6 bilhões além do esperado. O governo espera, ainda, o pagamento de dividendos de bancos oficiais. O valor ainda está sendo examinado, informou. Com essa receita, Mansueto informou que os recursos de alguns ministérios poderão ser recompostos em setembro.

Pelo lado das despesas, as contas de julho mostraram novamente o avanço dos gastos obrigatórios sobre as despesas discricionárias, entre elas o investimento. De um nível de R\$ 102,7 bilhões em 2012, eles estão neste ano em R\$ 50 bilhões.

O maior fator de contenção da despesa em 2019 não é a limitação do teto de gastos, e sim o incremento dos gastos obrigatórios. "Déficit da Previdência é o que determina o déficit do governo central", contou. Pelos dados divulgados ontem, o resultado da Previdência projetado para o final do ano é negativo em R\$ 314,8 bilhões (4,4% do PIB). Esse dado inclui INSS, servidores públicos civis e pensões e inativos militares. Em 12 meses, esse resultado já é negativo em R\$ 299,6 bilhões (número corrigido pelo IPCA de julho).

Com algumas exceções, os órgãos do governo estão dentro dos limites do teto de gastos, até com alguma folga. Segundo o subsecretário do Tesouro Pedro Maciel, isso demonstra que o fator de contenção dos gastos este ano é a meta primária.

De janeiro a julho, os gastos ficaram em 53,93% do teto no conjunto do governo central. Há exceções como o Senado Federal, com crescimento de 9,3%, para um aumento máximo permitido no ano de 8,4%. O Ministério Público da União registra aumento de 8% para um limite no ano de 5,7%.

Mansueto destacou ainda que o empoçamento (limites autorizados para gastos e não utilizados) somou R\$ 12,1 bilhões. O maior represamento de recursos é visto no Ministério da Saúde (R\$ 3,2 bilhões), seguido por emendas

parlamentares (R\$ 2,2 bilhões), e ministérios da Educação (1,9 bilhão) e da Defesa (R\$ 1 bilhão).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Zaia, Lu Aiko Otta e Mariana Muniz | De Brasília

Título: Após pressão do Planalto, Supremo adia decisão sobre tabela do frete

Às vésperas do julgamento que poderia dar um desfecho para a novela do tabelamento do frete - iniciada há um ano e três meses com a greve de caminhoneiros - o Supremo Tribunal Federal (STF) resolveu esticar o prazo e retirou da pauta as três ações que discutem a questão.

O plenário da corte analisaria a constitucionalidade da Lei 13.703/18, que estabeleceu a política de pisos mínimos do frete na próxima quarta-feira, dia 4. Mas os recursos foram extintos da pauta por ordem do relator, ministro Luiz Fux. Segundo o **Valor** apurou, partiu do Palácio do Planalto, sob a articulação do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni - um dos interlocutores do movimento dos caminhoneiros no governo -, a ofensiva para que a análise fosse adiada.

Interlocutores do tribunal dizem que o adiamento foi um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). O advogado-geral da União, ministro André Mendonça, teria explicado a Fux que não havia conseguido despachar com todos os ministros sobre o assunto, fato que traria mais segurança para os ministros tomarem a decisão. "O governo estava com receio de que o STF considerasse a tabela inconstitucional, contrariando os caminhoneiros", diz uma fonte a par do assunto.

O movimento do STF também se deu em meio em meio à movimentação de caminhoneiros, que preparavam mobilizações em todo o país a partir de segunda-feira. A ideia dos motoristas era demonstrar força de maneira coordenada para pressionar o tribunal: grupos se reuniram em trevos, colocariam faixas e eventualmente barrariam caminhões de motoristas autônomos. No dia 4, o movimento seria intensificado e os caminhoneiros não aceitariam carga.

Ao mesmo tempo em que atendeu ao governo, o adiamento não desagradou os caminhoneiros. Sem decisão do STF, afinal, a política de pisos mínimos do frete

permanece em vigor. Do outro lado do balcão, porém, a medida de Fux não foi bem recebida. Para os embarcadores, a palavra dos ministros trará segurança jurídica. Uma reunião de emergência foi convocada para hoje, para discutir o que fazer. Por ora, dizem não haver negociação em curso.

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade foram propostas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Associação do Transporte Rodoviário do Brasil (ATR Brasil, representantes dos contratantes de frete).

Fux vinha sendo aconselhado a construir um voto pela inconstitucionalidade da tabela obrigatória de fretes, mas considerá-la referencial, em linha com o que o governo defende. Por outro lado, Fux também aguardava as negociações conduzidas pelo governo em torno da tabela de referência.

Para interlocutores que acompanham a discussão sobre o tabelamento, a retirada de pauta sinaliza que os esforços do governo na negociação com os caminhoneiros não avançaram.

Caminhoneiros e embarcadores chegam às vésperas do julgamento em posições opostas, que se mostraram impossíveis de conciliar nesse último ano.

Capitaneado pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, o governo tentou diversas formas de acordo. O impasse cristalizou-se a ponto de não terem sido convocadas reuniões na semana que passou. E ninguém reclamou.

"Hoje qual é o impasse da negociação? Eles querem que a tabela seja referencial, e nós, que [a tabela] seja vinculativa", disse o caminhoneiro Wallace Landim, o Chorão, liderança do setor.

A lei mandou que fosse elaborada outra tabela, mais completa, seguindo o rito regulatório da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Foi elaborada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). Quando entrou em vigor, provocou protestos dos caminhoneiros e foi revogada. Eles alegam que a tabela cobre apenas os custos. Mas precisam de uma margem de lucro.

Embarcadores concordaram em negociar um adicional sobre a tabela da Esalq, desde que ela fosse referencial, e não obrigatória.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/08/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Nova política de dividendos da Petrobras não será imediata**

A nova política de dividendos da Petrobras promete aumentar a remuneração aos acionistas da empresa, mas o benefício para os investidores não será imediato. Segundo analistas consultados pelo **Valor**, a petroleira só deve ter condições de começar a pagar dividendos mais substanciais, acima dos patamares mínimos obrigatórios, a partir de 2021.

As novas regras trazem um parâmetro mais objetivo para os investidores: a companhia poderá distribuir 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos a partir do momento em que atingir uma dívida bruta inferior a US\$ 60 bilhões. Caso o endividamento se mantenha acima desse patamar, os dividendos seguirão o percentual mínimo obrigatório previsto na Lei das S.A. e no estatuto social da Petrobras, de 25% do lucro líquido ajustado.

Com isso, a expectativa é que os montantes distribuídos cresçam. Em 2018, a estatal pagou US\$ 1,85 bilhão. Hipoteticamente, se a empresa já estivesse desalavancada e a nova sistemática de distribuição em vigor, os acionistas teriam garantido US\$ 8,5 bilhões no ano passado, segundo um analista.

O Credit Suisse acredita que a nova fórmula só deve ter efeitos práticos em 2021, mas vê como positiva a iniciativa. O banco estima que a Petrobras poderá pagar entre US\$ 8 bilhões e US\$ 12 bilhões em dividendos por ano, de acordo com a nova política de remuneração aos acionistas. Já o Morgan Stanley estima que o pagamento possa alcançar de US\$ 11 bilhões a US\$ 13 bilhões em 2022.

Até lá, a estatal ainda precisa se desalavancar. Embora venha reduzindo ano a ano o seu endividamento, a companhia fechou o segundo trimestre com uma dívida bruta ainda elevada, de US\$ 101 bilhões (com os efeitos do IFRS 16). Vale lembrar que, com a norma contábil, a Petrobras deixou de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento de plataformas e passou a contabilizar os efeitos da depreciação dos direitos de uso desses ativos e a despesa financeira e a variação cambial apurados com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento. A mudança afetou a dívida bruta da estatal, que de US\$ 84,36 bilhões, em dezembro de 2018, converteu-se em US\$ 106 bilhões no trimestre seguinte, devido aos ajustes.

Com um endividamento desse tamanho, o Credit prevê que os dividendos seguirão os patamares mínimos obrigatórios entre 2019 e 2020. O banco

destaca que a Petrobras pretende usar parte de sua posição de caixa para reduzir a dívida a curto prazo, mas, ainda assim, serão necessários US\$ 30 bilhões adicionais para que ela caia para menos de US\$ 60 bilhões. O aumento dos valores distribuídos vai depender, nesse sentido, do ritmo da venda de ativos.

O mercado reagiu bem à nova política de dividendos. Ontem, as ações ON da Petrobras fecharam com alta de 4,24% e as PNs subiram 3,74% - acima da alta do Ibovespa, que subiu 2,3%, em meio à divulgação do PIB do segundo trimestre, acima do esperado.

O Credit destaca que a nova regra de dividendos transmite duas mensagens importantes ao mercado: que a desalavancagem continua sendo a principal prioridade da atual gestão da estatal e que a remuneração aos acionistas será mais transparente. Para o Morgan Stanley, a nova regra foi uma "boa jogada" da Petrobras, por vincular a distribuição a métricas mais objetivas. O banco vê potencial para que os valores pagos pela estatal se aproximem dos patamares das grandes petroleiras - em 2018, a Shell distribuiu US\$ 15,6 bilhões, a ExxonMobil pagou US\$ 13,798 bilhões e a BP, US\$ 8,1 bilhões.

As novas regras da Petrobras seguem racional semelhante à política de dividendos da Vale - suspensa desde o rompimento da barragem de Brumadinho (MG) e que prevê o pagamento de 30% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado, menos o investimento corrente. Entre as petroleiras, não há formulas rígidas. A Shell informa, em seu site, que a distribuição considera fatores como o ambiente macro, o balanço financeiro e os planos de investimentos. Já a BP cita que valores e prazos podem ser alterados a qualquer momento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: Venda de estatais impulsiona negócios no país

A agenda de privatizações, junto com concessões e parcerias público privadas (PPPs), irá impulsionar o mercado de fusão e aquisição no Brasil nos próximos anos, segundo Leonardo Dell'Oso, novo líder da área e sócio da PwC Brasil. E esse movimento já pode ser visto nos números consolidados do período de janeiro a julho de 2019, no qual o volume total de transações subiu 28%. Somente no segmento de serviços públicos, onde já ocorre a venda de estatais, o crescimento foi de 63%.

"Observamos um crescimento importante em 2019 e há tendência de expansão. E 2020 será melhor ainda, puxado pela melhora da economia e privatizações", disse Dell'Oso, em entrevista ao **Valor**, ressaltando que, além das privatizações, é preciso haver a efetiva retomada do crescimento econômico e o andamento das reformas da previdência e tributária, essenciais para elevar a confiança do investidor de longo prazo.

Para 2019, a projeção é que o volume de transações fique em torno de 800, patamar próximo do registrado nos anos de 2013 e 2014, de 812 e 879, respectivamente, o ponto máximo da série histórica da PwC, iniciada em 2002 (ver gráfico acima). Para 2020, a expectativa é de 900 transações.

De janeiro a julho deste ano, 462 negócios de fusão e aquisição ocorreram no Brasil, um crescimento de 28% ante o mesmo período de 2018, de acordo com os dados da PwC, obtidos com exclusividade pelo **Valor**. Esse número é próximo da média registrada no mesmo período de 2010 a 2015, de 456 transações. De 2016 a 2018, a média foi de 346 operações.

Do total de 462 negócios realizados neste ano, 136 (ou 29%), foram no mercado de tecnologia da informação (TI), um avanço de 84% ante igual período do ano passado. O segmento de serviços públicos concentrou 44 das operações (10%), crescimento anual de 63%.

O executivo da PwC explica que em TI normalmente são compras e fusões entre empresas menores e startups, por exemplo, enquanto em serviços públicos foram vendas de ativos e participações, PPPs, concessões, entre outras. "Os processos de privatização anunciados pelos governos federal e estaduais, como o PPI [Programa de Parcerias de Investimento] anunciado na semana passada, trarão um número significativo que começa em 2019 e acelera a partir de 2020", disse.

Entre os exemplos envolvendo ativos públicos ocorridos em 2019 está a venda de 100% dos polos de Pampo e Enchova, da Petrobras, para a Trident Energy, do Reino Unido, por US\$ 851 milhões; e a concessão de 12 aeroportos em março, que garantiu R\$ 2,38 bilhões ao governo federal. "O governo quer reduzir custos e se capitalizar", comentou.

Diante dessa expectativa, a PwC começou a ampliar a área de consultoria de negócios, com a criação de um grupo focado em privatizações, com cerca de 30 profissionais atualmente. "Nossa perspectiva é dobrar o tamanho da área de fusões e aquisições em três anos. Hoje são cerca de 250 funcionários e vai subir para 500", disse.

O executivo da PwC afirma que além do atrativo das privatizações, outros passos também foram importantes e elevaram a confiança do investidor de longo prazo de que o Brasil voltará a crescer, como a aprovação da reforma da previdência na Câmara, início das discussões sobre a reforma tributária e aprovação no Senado da Medida Provisória (MP) 881, conhecida como "MP da Liberdade Econômica". "O crescimento de volume de transações de fusão e aquisição mostra a perspectiva do investidor de que haverá melhora no Brasil. Ele voltou a investir."

Outro motivo importante, segundo Dell'Oso, foram os sinais de desaquecimento da economia global, especialmente dos mercados mais desenvolvidos, o que traz o investimento de longo prazo para países emergentes, como Brasil, Turquia e Índia. "O investidor de M&A [sigla em inglês para fusão e aquisição] não olha no curto prazo, mas sim daqui cinco a dez anos e a perspectiva para o Brasil é de avanço de 2% a 3% ao ano [do PIB]", afirmou.

Os pedidos de auditoria técnica e contábil dos ativos de empresas também indicam que o volume de transações deve subir nos próximos meses.

De acordo com Dell'Oso, cinco meses atrás existiam em pauta cerca de 30 pedidos de "due diligence", volume que subiu para de 80 a 100 já no mês de julho. "Essa demanda indica que entre seis e oito meses, que é o período médio entre o início do processo e efetiva oferta por um ativo, haverá aumento bastante significativo de negócios de fusão e aquisição", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: Eletrobras e Correios são as mais atrativas no PPI

Dentro do pacote de 17 empresas estatais anunciadas pelo governo federal no Programa de Parcerias de Investimento (PPI) para privatização, Eletrobras, Correios, Codesp, CBTU, Serpro e Dataprev são as mais atrativas, segundo as empresas de auditoria e consultoria Deloitte, EY (antiga Ernst & Young), KPMG e PwC Brasil.

Em entrevistas ao **Valor**, os representantes das companhias, conhecidas no mercado como "Big 4", concordaram que a agenda de privatização é positiva e que alguns nomes já eram conhecidos, caso da Eletrobras, mas que a divulgação de uma lista oficial foi importante.

Além das seis empresas mencionadas, a lista inclui também Emgea, Lotex, ABGF, Casa da Moeda, Ceagesp, Ceasaminas, Ceitec, Cia. Docas de São Sebastião, Codesa, Telebras e Trensurb.

A Eletrobras é a que tem mais chances de ter um processo bem-sucedido. De um lado, desperta interesse do investidor devido ao seu porte e por ser do setor elétrico, e por outro há a necessidade do próprio governo de vender a companhia para cortar custos e aumentar arrecadação. "A Eletrobras vai sacudir o mercado. É um ativo gigante, com atrativo lá fora e aqui dentro", comentou Elias de Souza, sócio para governos e serviços públicos da Deloitte.

Leonardo Dell'Oso, sócio da PwC Brasil, destaca que o governo brasileiro está focado no corte de custos e aumento da arrecadação e, por isso, a Eletrobras deve ser uma das primeiras. "A Eletrobras precisa de muito investimento, tem custo e exige injeção de recursos do governo", disse Dell'Oso.

Maurício Endo, sócio-líder de governo e infraestrutura da KPMG no Brasil e América do Sul, destaca que cada empresa do pacote terá uma modelagem diferente, o que deve adiar as privatizações para o segundo semestre de 2020 e 2021. O caso da Eletrobras, contudo, pode ser acelerado, caso o governo opte por uma oferta pública de ações. "Nessa situação o processo de venda é mais fácil, como a BR Distribuidora ", afirmou.

Gustavo Gusmão, diretor-executivo de infraestrutura e setor público da EY, também considera Eletrobras, junto com Correios, como as mais atrativas.

Endo detalha que os Correios tem exemplos em outros países. "É um ativo que, modelado corretamente, interessa, porque já foi feito em outros países e teve sucesso. O principal atrativo é a capilaridade, não só para a distribuição de cartas. O que gera valor é a distribuição de produtos do comércio eletrônico."

Além das duas gigantes estatais, o mercado de infraestrutura, principalmente de portos e transporte público, é relevante. Segundo Endo, a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a Codesp, que administra o Porto de Santos, têm operações rentáveis.

A Codesp também foi apontada por Gusmão, que mencionou ainda a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). "É um setor ligado a infraestrutura, com várias operadoras de mobilidade urbana. Esse tipo de companhia tem um mercado mais óbvio, o de concessões metroviárias".

As companhias de tecnologia Serpro e Dataprev foram mencionadas como atrativas devido a sua base de dados e por atuarem no setor de inovação. Para Elias de Souza, da Deloitte, as duas empresas atraem investidores nacionais e internacionais e são importantes no momento atual de reforma da previdência, onde é preciso ter acesso a dados.

Já Endo ponderou que apesar de relevantes, a Serpro e Dataprev precisam passar por um processo de transformação no ambiente de inovação. "O governo não vai conseguir transformar essas empresas e podem perder espaço e competitividade nos próximos anos. São as mais atraentes depois de Eletrobras", disse o sócio-líder da KPMG.

As vendas da Casa da Moeda e da Lotex são mais específicas e podem atrair um perfil de investidor diferenciado para o Brasil, segundo Gusmão, sendo outras estatais estrangeiras para a Casa da Moeda e multinacionais de loteria instantânea para Lotex.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Voltalia aposta em leilões de renováveis

Os preços historicamente baixos nos últimos leilões de geração renovável não assustam a francesa Voltalia, que pretende participar do leilão A-6, previsto para outubro, com projetos das fontes eólica e solar. Segundo Robert Klein, presidente da companhia no Brasil, a ideia é repetir a estratégia dos últimos leilões, e vender apenas uma parcela dos projetos habilitados, a fim de assegurar prioridade no acesso à conexão. O restante deve ser negociado no mercado livre de energia, por meio de contratos de longo prazo.

Hoje, a Voltalia tem cerca de 430 megawatts (MW) em operação no Brasil, além de outros 300 MW em construção, referentes a projetos vencidos em leilões nos últimos anos, sempre com uma fatia destinada ao mercado livre.

A companhia francesa foi pioneira na estratégia de fazer projetos "híbridos" entre mercados regulado e livre no país, em 2017. Segundo Klein, a empresa tomou essa decisão depois de fracassar em um certame realizado no México. "Para termos competitividade, temos que nos expor ao mercado livre, para ter um preço médio competitivo", disse o executivo.

A estratégia se mostrou bem sucedida, ao manter uma carteira de novos projetos para a companhia mesmo diante da queda contínua dos preços das fontes renováveis nos leilões. No leilão A-4 de junho deste ano, a Voltalia vendeu 21 MW de um parque eólico ao preço de R\$ 79,92 por megawatt-hora (MWh), desconto de 61,52% em relação ao preço máximo. O que para muitos pode parecer um risco excessivo é, para a Voltalia, uma estratégia para ganhar acesso à conexão.

"Conseguimos tomar riscos pelos recursos que gastamos no desenvolvimento dos projetos. Conhecemos muito bem o comportamento e os riscos atrelados à construção e geração dos parques", disse Klein. Segundo ele, a companhia tem uma comercializadora que faz os contratos de longo prazo com clientes livres. Além disso, a francesa busca negociar com consumidores de energia sem risco de crédito. "Não sei como será no futuro, mas ainda há muitos consumidores com crédito bom e que querem aproveitar o momento de energia muito barata", disse.

A companhia busca ainda parceiros para os empreendimentos habilitados para leilões, que também podem ser vendidos.

Nos últimos anos, a Voltalia usou recursos do BNDES, do Banco do Nordeste (BNB) e debêntures de infraestrutura para financiar seus empreendimentos no Brasil. "O mercado de debêntures está cada vez mais competitivo, o que me dá confiança no mercado. É algo que era impensável há alguns anos", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Quantum vence PPP de iluminação

A empresa catarinense Quantum desbancou concorrentes de peso como a italiana Enel X e saiu vencedora ontem da parceria público privada (PPP) de iluminação pública de Porto Alegre. O consórcio I.P. Sul, liderado pela companhia, propôs receber parcelas mensais de R\$ 1,745 milhão ao longo dos 20 anos de duração do contrato, deságio de 45,64% em relação ao valor máximo mensal, de R\$ 3,21 milhões. A capital gaúcha vai economizar mais de R\$ 300 milhões ante o valor máximo do contrato, que era de R\$ 740 milhões.

O consórcio vencedor vai modernizar 100% da rede de iluminação pública da capital gaúcha, com troca de cem mil pontos de iluminação por luminárias de LED, o que deve resultar em uma economia de 50% nos custos. A prefeitura será

gestora do contrato, avaliando a performance do concessionário vencedor da disputa.

Essa foi a primeira PPP de iluminação pública realizada na B3, em São Paulo, parte de uma estratégia para aumentar a visibilidade da disputa e também dar mais segurança aos investidores.

Outro diferencial foi a participação do BNDES, que fez a modelagem da disputa com o apoio técnico do consórcio liderado pela mineira Houer Modelagem de Projetos Públicos e Privados, juntamente com as empresas RSI Engenharia, Maciel Rocha Advogados e Albino Advogados Associados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: PPSA adota sistema digital para contratos do pré-sal

A Pré-sal Petróleo (PPSA), estatal que representa os interesses da União nos contratos de partilha de produção no polígono do pré-sal, passou a realizar este mês a gestão desses contratos por sistema digital. O programa, que permite a participação dos operadores no pré-sal, reduz de forma brutal o tempo gasto com as atividades relativas aos contratos e prepara a estatal para o volume gigantesco de dados e documentos que surgirão após o leilão do excedente da cessão onerosa, em novembro.

Segundo o presidente da PPSA, Eduardo Gerk, a implementação do Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP), como é chamado o programa, era obrigação prevista no contrato de partilha de produção. Após trabalho de mapeamento de processos feito pela KPMG, a estatal lançou uma licitação para a criação do sistema, vencida pela Stefanini -Scala. Iniciado em julho de 2018, o programa deverá estar totalmente concluído no fim de setembro.

O sistema custou R\$ 14,6 milhões. O valor, porém, é baixo em relação ao retorno que ele promete entregar a PPSA e seus sócios nos contratos de partilha da produção. Afinal, a estatal trabalha com planilhas que inicialmente continham 15 mil itens e hoje já chegam a ter 230 mil linhas a serem

reconhecidas pelos técnicos, e informações que acumuladas desde 2014 em um total de 400 gigabytes (GB).

Para se ter uma ideia do benefício, o gerente de Tecnologia da Informação da PPSA, André Onofre, explica que a rotina de validação de dados de uma planilha fornecida por um operador no pré-sal, que levava cerca de dois dias, passará a ser feita em 40 segundos.

"Isso tomava tempo enorme [...]. Hoje, os técnicos têm mais tempo para se dedicar às tarefas nobres, de análise de projeto, otimização, o que pode contribuir para reduzir custo, um trabalho que, esse, sim, não pode ser automatizado", afirma o diretor Técnico de Fiscalização da PPSA, Paulo Moreira de Carvalho.

Dos dez módulos que compõem o SGPP, sete estão em operação: reconhecimento de custo em óleo; recuperação de custo em óleo; acompanhamento da produção; cálculo dos excedentes em óleo da União; conteúdo local; votação da PPSA nos comitês operacionais e fiscalização. Até o fim de setembro serão concluídos os módulos de equalização dos gastos e volumes; acordo de individualização da produção e comercialização.

De acordo com a PPSA, o sistema já está sendo utilizado regularmente pela Petrobras para os contratos de Libra, Uirapuru, Alto de Cabo Frio Central, Peroba, Dois Irmãos e Três Marias. A Shell já adotou o programa para os contratos de Alto de Cabo Frio Oeste e Sul do Gato do Mato. A tendência é que os outros três operadores no polígono do pré-sal (ExxonMobil, BP e Equinor) adotem o SGPP até o fim do ano. Hoje, a PPSA participa de 14 contratos de partilha.

Segundo Carvalho, apesar de a responsabilidade contratual de desenvolver o sistema ter sido da PPSA, desde o início a estatal teve a preocupação de criar algo de forma colaborativa, porque, muitos dos dados serão fornecidos pelos próprios sócios nas áreas do pré-sal. "A nossa grande missão é maximizar o resultado da União [no pré-sal]. E só maximizamos o resultado da União, maximizando o resultado de todo o consórcio", completou.

No ano passado, a PPSA arrecadou R\$ 1,133 bilhão para a União, dos quais R\$ 286 milhões relativos à comercialização da parcela de petróleo da União na área de Mero, na Bacia de Santos, e R\$ 847 milhões referentes à equalização de gastos e volumes do campo de Sapinhoá, também na Bacia de Santos. Para este ano, a expectativa é de uma arrecadação da ordem de R\$ 870 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/08/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Veto a queimadas afeta as usinas da região Nordeste**

A proibição da realização de queimadas em todo o território nacional, que passou a valer por 60 dias desde ontem com um decreto do presidente Jair Bolsonaro, pegou de surpresa e gerou muita preocupação no segmento sucroalcooleiro do Nordeste. Na região, as usinas estão iniciando a nova safra (2019/20) neste momento e dependem da queima da matéria-prima em campo para viabilizar a colheita manual na cana.

"Nós ficamos surpresos porque essa era uma decisão voltada para a Amazônia, e a situação na zona costeira do Nordeste é completamente diferente", protestou Renato Cunha, que preside a Associação de Produtores de Açúcar e Bioenergia - que reúne usinas das regiões Norte e Nordeste, além das unidades instaladas em Goiás e no Espírito Santo - e o Sindaçúcar/PE.

A queima dos canaviais é usada para permitir a entrada dos trabalhadores nas lavouras para a realização da colheita, evitando que eles se cortem com a palha da cana. A técnica ainda é empregada no Nordeste porque a topografia mais acidentada das áreas produtoras da região impede a entrada de máquinas colhedoras nos campos, como acontece nos Estados da região Centro-Sul como São Paulo. Apenas a atividade da colheita de cana no Nordeste emprega cerca de 300 mil trabalhadores.

O decreto publicado ontem no Diário Oficial da União (9.992/19) suspende o emprego do fogo e só prevê como exceções medidas de controle fitossanitário autorizado por órgão ambiental, medidas de prevenção e combate a incêndios e práticas de agricultura de subsistência de populações tradicionais e indígenas. O emprego do fogo em canaviais não se encaixa em nenhuma dessas exceções.

Sem a garantia legal do emprego do fogo, o segmento passa a enfrentar uma situação de "insegurança jurídica", disse o representante do segmento no Nordeste.

Neste momento, as usinas estão "em compasso de espera" enquanto as lideranças do segmento procuram o governo para rever a medida e garantir a permissão da prática na Zona da Mata, onde estão concentradas as mais de 50 usinas da região Nordeste.

Mas as usinas da região não deverão paralisar suas atividades pelos 60 dias previstos no decreto. As unidades da Paraíba já começaram a colher a cana da

nova temporada (que é contabilizada na região a partir de setembro). As unidades de Pernambuco e Alagoas começando a dar início aos trabalhos na nova temporada.

De acordo com Cunha, o mais provável é que a questão seja judicializada caso não haja um entendimento em breve com o governo. Porém, ele afirmou que há receios de questionamentos por parte dos bancos financiadores da atividade, por exemplo.

O representante do segmento demonstrou insatisfação com o sinal transmitido pela medida. "São fatos sabidos por todo mundo. É preciso de um freio de arrumação e olhar mais para o Nordeste. As pessoas estão se sentindo preteridas por atos que poderiam ser mais pensados", afirmou Cunha.

O emprego do fogo nos canaviais é uma atividade regulada pelos órgãos ambientais estaduais e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A prática, segundo Renato Cunha, tem que obedecer a uma série de regras para minimizar os impactos ambientais, como restrição das queimadas ao período noturno e análise prévia da direção do vento e das condições de umidade do ar e do solo para evitar que a fumaça se propague e alcance centros urbanos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Daniel Rittner e Cristiano Zaia | De Brasília

Título: Brasil considera elevar cota para o etanol dos EUA

O governo brasileiro está inclinado a aceitar um pedido dos EUA e aumentar a cota de etanol livre da cobrança de tarifa de importação, que expira amanhã. Há divergências entre os ministérios da Economia e da Agricultura, mas o assunto já chegou ao Palácio do Planalto e o presidente Jair Bolsonaro deverá arbitrar a favor da equipe econômica.

Segundo assessores presidenciais, a importação de maiores volumes de etanol americano sem tarifa seria uma forma de deixar claro ao presidente Donald Trump que a parceria Brasil-Estados Unidos é para valer. E também uma maneira de agradecer, simbolicamente, pelas manifestações feitas por Trump em defesa da soberania brasileira para lidar com as queimadas na Amazônia.

Após críticas duras do francês Emmanuel Macron às vésperas da reunião do G-7 em Biarritz, o americano usou sua conta no Twitter para expressar "total apoio"

a Bolsonaro. Também escreveu que a relação entre os dois países está "forte, talvez mais forte do que nunca".

O aumento das exportações de etanol de milho é um pleito importante dos EUA ao governo brasileiro. Trump, prestes a entrar na corrida pela reeleição, tem sido pressionado por agricultores para apresentar medidas de apoio ao produto. O Brasil permite atualmente a entrada de uma cota de 600 milhões de litros sem a cobrança de tarifa (hoje em 20%). Até 2017, não havia cotas.

A tendência, segundo fontes graduadas ouvidas pelo **Valor**, é que não haja liberalização de uma vez, para não contrariar o Ministério da Agricultura e os usineiros no Brasil. É grande a possibilidade, no entanto, de que a cota seja elevada para perto de 800 milhões de litros por ano.

Em março, durante visita à Casa Branca, Bolsonaro já havia atendido a outro pleito americano na área agrícola: a liberação de uma cota de 750 mil toneladas anuais de trigo para entrada no Brasil sem tarifa. Como no caso do etanol, o benefício vale para todos os países que tenham a intenção de fornecer ao mercado brasileiro, mas os EUA são o único com condições de mercado de aproveitar imediatamente à cota.

Nos primeiros 12 meses dos 24 meses de vigência da cota de 600 milhões de litros anuais, o Brasil importou 1,7 bilhão de litros, e nos últimos 12 meses o volume se aproximou de 1,4 bilhões de litros. A maior parte das importações é realizada por empresas brasileiras, como Copersucar - que tem uma trading de etanol nos EUA - e Raízen.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, aceita a renovação da cota por até um ano, mas quer discutir contrapartidas com os americanos, apurou o **Valor**. Em conversa ontem por telefone com o secretário do Departamento de Agricultura dos EUA, Sonny Perdue, ela pediu que Washington aceite comprar mais açúcar do Brasil. A pasta deseja dobrar a atual cota de 150 mil toneladas anuais de açúcar destinada ao Brasil. **(Colaborou Camila Souza Ramos)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem perde valor e complica conversas de ODB com bancos

A Braskem já perdeu metade de seu valor de mercado, considerando o ponto mais alto de 2019. A companhia, que quase alcançou R\$ 45 bilhões em fevereiro, registrou nesta semana a menor avaliação, de R\$ 21,6 bilhões, desde as delações do grupo controlador Odebrecht, em dezembro de 2016. A perda,

somada ao ciclo de baixa do setor petroquímico, altera o eixo gravitacional em torno do processo de recuperação judicial da Odebrecht, que precisa reestruturar R\$ 65 bilhões em dívidas.

Por um período ainda não definido, a companhia não representará a mesma riqueza de seis meses atrás, nem em valor nem em dividendos. No começo do ano, a Odebrecht esperava vender a Braskem à holandesa LyondellBasell e só sua participação no negócio - 38% do capital total - seria avaliada por cerca de R\$ 20 bilhões. A negociação, que sustentava parte importante do valor em bolsa, foi encerrada em junho. No fechamento de ontem, essa mesma fatia era avaliada por R\$ 8,9 bilhões.

Cinco grandes bancos - Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, BNDES e Santander - têm as ações da petroquímica em garantia desde julho de 2016, e também seus dividendos. Mas o preço em bolsa não cobre sequer a dívida que garante, de quase R\$ 13 bilhões. Enquanto antes havia sobra de riqueza para ser distribuída entre os credores, para além dos compromissos cobertos, agora falta.

A redução do valor da petroquímica tem deixado os bancos credores mais ariscos e preocupados com o futuro da Odebrecht, conforme fontes ouvidas pelo **Valor**.

A questão é mais dramática pois, entre as razões para a queda das ações está o ciclo petroquímico de baixa, que promete ser mais arrastado que os anteriores. Assim, até mesmo os dividendos serão afetados. A partir de 2015, a Braskem havia se transformado numa pagadora de dividendos bilionários. Somente sobre os anos de 2015, 2016 e 2017, distribuiu R\$ 4,5 bilhões aos acionistas.

Sobre 2018, o conselho de administração havia aprovado o pagamento de R\$ 2,67 bilhões. Mas disputas judiciais em Alagoas, em razão da exploração de minas de sal-gema em Maceió e eventual relação com o afundamento do solo em três bairros, paralisaram a distribuição. Agora, a expectativa é que a direção da Braskem - se mantida a liberação judicial para o pagamento - reduza o valor de pouco mais de 100% do lucro para o mínimo legal, ou seja, 25%. Na prática, o pagamento deve cair para perto de R\$ 650 milhões, conforme o **Valor** apurou.

Para a Odebrecht, a queda no dividendo é um baque. A fatia do grupo na petroquímica equivaleria a quase R\$ 1 bilhão. O grupo havia acordado com os bancos que ficaria com R\$ 500 milhões em liquidez e outros R\$ 400 milhões pagariam dívidas com essas instituições de outras empresas controladas. Os bancos ficariam, diretamente para eles, com R\$ 100 milhões.

Depois da reversão de cenário, o conglomerado tenta garantir para si, com a finalidade de irrigar as necessidades cotidianas durante a recuperação judicial,

todo o seu dividendo. Esse montante deve ser em torno de R\$ 250 milhões se a Braskem distribuir o mínimo.

A redução dos proventos segue o mesmo raciocínio que a administração aplicou para os investimentos. O ciclo de baixa, acentuado pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, levou ao corte de US\$ 100 milhões no valor previsto para 2019, sobre o orçamento original de US\$ 887 milhões.

O mau momento do setor deixou marcas no balanço do segundo trimestre. A receita líquida caiu 3% na comparação anual, para R\$ 13,3 bilhões, e o Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) recuou 49%, a R\$ 1,6 bilhão. O lucro líquido atribuído aos acionistas tombou 76%, para R\$ 129 milhões.

"A situação real é um pouco mais impactante do que já se esperava", comentou o presidente da petroquímica, Fernando Musa, em teleconferência sobre o resultado. O elevado número de novos projetos petroquímicos, especialmente nos Estados Unidos e na China, e a desaceleração da economia global explicam o atual o ciclo de baixa. Em relatório sobre o segundo trimestre, o UBS questionou se o "baixo é o novo normal" para os resultados da companhia.

Antes do balanço, o banco Safra reduziu em 24% o preço-alvo para as ações, para R\$ 36,90, diante da expectativa de fraco desempenho operacional e de temas que seguem no foco do investidor: ações judiciais em Alagoas e suspensão das negociações na Bolsa de Nova York (Nyse), por causa do atraso na entrega do formulário 20-F.

Alvo de três ações civis públicas, a Braskem ofereceu dois seguros-garantia para evitar bloqueio de recursos do caixa, um de R\$ 2,7 bilhões e outro de R\$ 3,7 bilhões, totalizando R\$ 6,4 bilhões. Essas garantias têm custo financeiro. Duas das ações ainda estão pendentes de decisão judicial e poderiam tirar R\$ 5,5 bilhões de suas contas.

O ciclo de baixa e a indefinição sobre o passivo potencial em Alagoas prejudicam os dividendos e os planos de venda do controle da companhia - o que afeta as negociação da recuperação judicial.

O projeto da Odebrecht para o plano é transformar os compromissos da holding, a ODB, com avais e garantias em um título participativo - perto de R\$ 50 bilhões. Trata-se de mais de 75% das dívidas com terceiros. Esses papéis darão direito ao que sobrar de valor, além de Braskem, de Atvos, da construtora OEC, Ocyan e Santo Antônio Energia - em dividendos ou venda. Mas isso será o que restar após o atendimento aos credores diretos de cada ativo.

Há outros quase R\$ 15 bilhões que são dívidas fora do processo de recuperação judicial - e que pertencem à holding diretamente - que continuarão como vencimentos normais. É nesse montante que estão as dívidas cobertas por Braskem. Idealmente, esses vencimentos serão alongados e algumas condições revisadas.

É ponto central de toda a negociação com os credores a divisão da riqueza de Braskem. Com a venda iminente, havia perspectiva de sobra de recursos. E esse excedente seria dividido entre os credores sem a garantia. Sem ele e com o cenário atual, os bancos que possuem essa cobertura ficam mais arredios em rever suas condições. A riqueza extra de Braskem não é a única que a Odebrecht tem para atender aos credores. Mesmo com a queda, é disparada a maior. Por isso, seu valor é tão relevante.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/08/2019

Seção: Economia

Autor: Mateus Vargas / BRASÍLIA

Título: Ministros recorrem a Guedes em busca de mais recursos

Compra de livros escolares, distribuição de remédios, entre outros serviços, estariam ameaçados por cortes

Às vésperas do envio da proposta de Orçamento de 2020 ao Congresso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, recebeu alertas de ministérios de que os recursos previstos para o ano que vem são insuficientes e podem comprometer compra de livros escolares, pagamentos de bolsas de estudos e entrega gratuita de medicamentos, entre outros serviços. Os ministros relatam cenário dramático, caso sejam confirmados os níveis previstos para os chamados gastos discricionários (aqueles que são tradicionalmente contingenciados e que incluem custeio da máquina e investimentos).

A preocupação está registrada em documentos obtidos pelo Estado e são respostas ao limite de gastos anunciado pela equipe econômica para cada órgão. O governo tem até hoje para enviar o Orçamento de 2020 ao Congresso. A carta mais longa é assinada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, que pede aumento de R\$ 9,8 bilhões em verbas previstas para despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, como pagamento de servidores e aposentados), para atingir a soma de R\$ 26 bilhões. O ministro mostra preocupação com temas caros ao governo Bolsonaro, como ampliação do número de escolas cívico-militares.

Ainda afirma que há risco de “recepção desfavorável na sociedade em geral e na imprensa” se forem suspensas bolsas de estudo no País e exterior. Segundo Weintraub, a peça orçamentária de 2020 “impossibilita a destinação de menos da metade do orçamento que as universidades e institutos possuem atualmente”. “Com isso, haverá a paralização (sic) de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras.” O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM), pede aumento de despesas discricionárias “não classificadas como ações e serviços públicos de saúde”, de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 1,6 bilhão.

Segundo ele, a redução prevista ameaça a “continuidade” do Programa Farmácia Popular, que entrega medicamentos de graça ou com até 90% de desconto, e de ações para reestruturação dos Hospitais Universitários Federais. Medidas de melhorias de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios com menos de 50 mil habitantes também ficariam comprometidas, diz Mandetta. As operações da Eletronuclear devem ser prejudicadas com o Orçamento desenhado para 2020, segundo ofício do **Ministério de Minas e Energia (MME)**. A perda seria resultado da dificuldade que a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) teria para operar.

A empresa é a autorizada no Brasil a extrair urânio e produzir combustível nuclear para as Usinas de Angra 1 e 2 e 3. “A produção do referido combustível e sua comercialização gera para a Eletronuclear uma receita anual superior a R\$ 650 milhões, sem isso, o valor cai para módicos R\$ 40 milhões, em outras atividades comerciais e financeiras”, diz o ofício. Nesse cenário, as usinas poderiam até paralisar, o que exigiria ativação de usinas termoeletricas. A pasta pede mais R\$ 600,36 milhões para despesas não obrigatórias, o que elevaria esta verba para R\$ 1,14 bilhão.

O Ministério das Relações Exteriores pediu aumento de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 1,7 bilhão na previsão de verba discricionária. Para o órgão, os cortes devem levar a atrasos em pagamentos de contratos firmados em moeda exterior que “podem ensejar, além dos referidos danos à credibilidade e à imagem do País, ações judiciais”. Há ainda risco de interrupção de programa recém-lançado por Bolsonaro, como a ideia de reunir serviços do governo federal em um único portal, o “gov.br”, anunciado na última semana.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: » Fezinha.

Coluna do broadcast

Nesta quinta-feira, a divulgação do PIB do segundo trimestre trouxe ânimo, mas não o suficiente para eliminar a grande cautela com que os agentes de mercado avaliam perspectivas futuras. Uma salvação para o PIB está sendo vista no leilão da cessão onerosa da Petrobrás, que movimentará mais de R\$ 100 bilhões. A visão de executivos de bancos é de que as estimativas minimizam o potencial da injeção desses recursos na economia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Elena Landau

Título: A foto e o filme

O recente anúncio das privatizações do governo, oito meses depois de empossado, surpreende pela timidez. Nesse ritmo não vai dar trilhão. A Constituição autoriza a privatização de quase tudo ao tratar a presença do Estado na economia como exceção. Seguindo o comando do art.173, talvez só tenha razão legal de existir umas dez estatais. Se isso for ousado demais para este governo, há outra opção para quem se elegeu com votos anti- PT: simplesmente fechar as mais de 40 estatais criadas nos governos petistas. A foto não anima, mas o filme é bom. E o final ainda está por ser escrito.

As privatizações foram iniciadas como política de governo com o Programa Nacional de Desestatização (PND), criado por Collor, e foram mantidas por Itamar Franco. O PND começou priorizando a retirada do Estado das atividades econômicas que poderiam ser assumidas pelo setor privado, com maior eficiência e maior retorno para a sociedade. Depois foi ampliado para incluir concessões de serviços públicos e de infraestrutura. Nesse período, foram privatizadas as empresas de siderurgia, petroquímica e fertilizantes. A venda da CSN enfrentou enorme resistência e protestos, mas em nenhum momento houve recuo.

FHC, primeiro como ministro, mas especialmente como presidente, deu um novo impulso à venda de estatais. Logo que assumiu, colocou Vale, Eletrobrás e Telebrás na lista das empresas a serem leiloadas. Seria equivalente hoje a incluir Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa no PND de uma tacada só. Também comandou a privatização de bancos estaduais e avançou nas de distribuidoras estaduais de energia elétrica. Até mesmo o governo petista, que suspendeu a venda de estatais e ainda criou novas, deu continuidade à outorga de concessões com leilões de energia elétrica, linhas de transmissão, óleo e gás e infraestrutura.

Muitas dessas vendas foram mal desenhadas e tiveram de ser revistas pelo governo Temer, que melhorou a qualidade institucional e regulatória do processo. Com ele foi retomada a desestatização, tendo reduzido em duas dezenas o número de estatais. Temer também anunciou a capitalização da Eletrobrás e deu início à política de desinvestimentos das estatais, com a venda da TAG – que só ocorreu neste governo porque uma liminar no STF impedia a conclusão do negócio. Gerou R\$ 33 bilhões, que corresponde a um terço de tudo que se pretende arrecadar este ano.

A possibilidade de hoje se discutir abertamente a venda da Petrobrás é resultado de um processo iniciado nos anos 90. A história não começou agora. Privatizar exige empenho do presidente, dedicação da equipe e boa comunicação com a sociedade. Assim se conseguiu aprovar emendas constitucionais para quebrar monopólios da União, criar agências reguladoras e aprovar leis como a de Concessões e a Geral de Telecomunicações e, mais recentemente, a Lei das Estatais, que deram o arcabouço legal necessário para a desestatização.

Esse processo mostra quão inadequado é o renascimento da ideia do “nunca antes neste País”, que vem na forma da negação dos avanços obtidos nos últimos 30 anos. Apesar das diferenças ideológicas, esse período foi resumido pelo ministro da Economia como social-democracia. Como um jovem anarcocapitalista, Guedes usa o termo de forma depreciativa para reforçar o discurso de ruptura com os governos anteriores. Se lança como o pai da liberal democracia. Social ou liberal, o mais importante é a democracia, mais em risco hoje que no passado. Sem ela, não há liberalismo. No debate político atual é mais importante desqualificar o adversário do que perseguir o bem comum: economia eficiente, com inclusão social e sustentável.

Divergências sobre o caminho a seguir são naturais e a expectativa que um novo governo conserte erros do passado também. Negar os avanços anteriores só nos faz perder tempo. Em poucos meses, Bolsonaro desconstruiu o arcabouço legal da área ambiental, levando de roldão fontes de financiamento. As queimadas são uma tragédia e um alerta para o desmonte que se vê nos órgãos de fiscalização. Quem imaginaria que exatamente neste governo, eleito com a bandeira da moralidade verde-amarela, a Lava Jato seria ferida de morte? Karl Popper, em sua crítica às ideias utópicas da esquerda, dizia não ser razoável admitir que começar um modelo social do zero, em tela limpa, conduzissem de imediato a um novo sistema capaz de funcionar.

A ideia da construção social com aperfeiçoamentos graduais, onde cada passo é base para o seguinte, com erros sendo corrigidos pelo caminho, já deveria ser óbvia a esta altura. Políticas econômicas liberais no Brasil não começaram

agora. Ignorar os avanços das últimas décadas é mais que um erro de análise, é uma desonestidade intelectual a serviço de um grupo político.

ECONOMISTA E ADVOGADA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Nicola Pamplona

Título: Governo acaba com subsídio ao gás de cozinha da Petrobras

Argumento é que preços vão cair com incentivo à importação direta

Uma resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) publicada nesta quinta-feira (29) pôs fim à política de subsídio na venda do gás de cozinha que vinha sendo praticada pela Petrobras. A medida se tornará permanente a partir de março de 2020.

O CNPE é um colegiado formado por ministros e presidido pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Com o fim da vantagem competitiva da estatal, o governo considera que concorrentes vão se mobilizar para importar o CLP (combustível do gás de cozinha), a exemplo do que fez a Copagas, que passou a importar da Bolívia para atender Mato Grosso.

“Esse movimento ao longo dos próximos seis meses levará a uma redução de preço para o consumidor final”, disse o Albuquerque.

“A resolução anterior [que previa descontos] era inócua porque a baixa renda já não se beneficiava da diferença de preços, pagando preços similares ao da indústria.”

Com a nova resolução, o governo pretende manobrar 37% da composição do preço, incluindo tributos e margens de lucro na cadeia de produção e distribuição. Isso deve levar a uma redução de preço para o consumidor, na avaliação do governo.

Estimativas iniciais indicam que, com a entrada de novos competidores, o preço do gás de cozinha deve cair de R\$ 23 na refinaria para cerca de R\$ 16.

A política de redução de preço para os botijões de 13 kg pela Petrobras vigorava desde 2005 e foi instituída no governo do ex-presidente Lula para ajudar as famílias de baixa renda.

No entanto, o ministro considera que essa política distorceu preços sob o pretexto de ajudar a baixa renda, que hoje paga cerca de R\$ 90 por um botijão de gás.

Dados do ministério mostram que cerca de 70% do gás de cozinha é vendido em botijões de 13 kg, volume muito acima do que seria consumido se somente a baixa renda utilizasse esse insumo.

Para o governo, no passado, essa política se justificava porque a diferença entre o preço do gás produzido internamente e o importado era grande.

Nesse cenário, a Petrobras praticamente monopolizou esse mercado ao oferecer descontos que chegaram a 74% para o distribuidor que comprava o gás na refinaria.

“Hoje, essa diferença é de 5%”, disse Albuquerque.

O desconto era dado de um lado e era compensado de outro, com preços mais altos para os botijões de maior volume. Para obter o abatimento, o distribuidor tinha de comprovar sua base de botijões, uma forma de a Petrobras “fidelizar” esse cliente. A estatal domina 99,9% do mercado de produção e importação.

Caso a diferença entre os dois produtos fosse eliminada hoje, com alta no preço do gás residencial para equiparação ao industrial, o impacto seria de R\$ 1,30 por botijão, o equivalente a alta de 1,9% sobre o preço médio do produto, que estava em R\$ 68,69 na semana retrasada.

O valor cobrado pela Petrobras representa 35% do valor final de venda — o restante vai para impostos e margens.

A conta considera que, desde o reajuste mais recente, o preço médio do gás vendido para botijões, em média, é de R\$ 1,853 Por quilo, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo). O valor é 5% menor que o R\$ 1,953 Por quilo cobrado para outros vasilhames.

A diferença, que já chegou a ser superior a 30%, vem sendo reduzida ao longo dos últimos meses, como parte de política da Petrobras para “ter um alinhamento maior” entre os dois produtos, segundo comunicado do início de agosto.

Distribuidoras, porém, defendem que o resultado pode ser a redução do preço, já que a estatal tem vendido o produto mais caro do que as cotações internacionais.

“No momento que o governo sinaliza com preços mais alinhados com a paridade internacional, dá um sinal para investidores de que podem investir em infraestrutura e atuar como importadores”, diz o presidente do Sindigás (Sindicato das Empresas Distribuidoras de CLP), Sérgio Bandeira de Mello.

“E, trazendo competição, a Petrobras vai ter que decidir se mantém os preços e perde mercado ou se reduz seus preços para manter o mercado”, completa. Hoje, a estatal importa 20% do consumo nacional do combustível.

Em nota técnica enviada ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), a ANP diz que a Petrobras vem praticando preços superiores ao mercado internacional desde novembro de 2018. Em junho, o valor cobrado pela estatal para o envase em botijões de 13 quilos estava 46% acima da cotação do noroeste da Europa, usada como referência.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/08/2019

Seção: Especial

Autor: Ricardo Delia Coletta e Gustavo Uribe

Título: Comitativa de ministros discutirá fogo na Amazônia

Brasília- Nove ministros viajarão no início da semana que vem a Belém (PA) e Manaus (AM) para discutir com governadores da Amazônia Legal a onda de queimadas.

Os incêndios desencadearam uma crise ambiental no governo. Diante da forte repercussão internacional, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) assinou uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem) para mobilizar as forças armadas no combate às chamas. Ele também proibiu queimadas no país por 60 dias.

Integrarão a comitativa os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil), general Heleno (Segurança Institucional), Jorge Oliveira (Secretaria-Geral), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Fernando Azevedo e Silva (Defesa), Tereza Cristina (Agricultura), Ricardo Salles (Meio Ambiente), Damara Alves (Mulher, Família e dos Direitos Humanos) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**.

Também participarão dirigentes do Ibama, da Funai e do Incra. Os encontros com os governadores devem ocorrer em dois dias. Nas segunda (2) em Belém e no dia seguinte em Manaus.

Na última terça, Bolsonaro usou uma reunião com os governadores da região para criticar demarcações de terras indígenas e quilombolas.

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/08/2019****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Governo acaba com diferença de preço no gás de cozinha**

Iniciativa dá fim ao subsídio para botijão residencial de 13kg e busca reduzir preço ao consumidor

BRASÍLIA- O governo aprovou ontem o fim da diferenciação de preços de gás de cozinha (GLP), com validade daqui a seis meses. A decisão foi tomada em reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), colegiado de ministros presidido pelo ministro de Minas e Energia. A novidade faz parte da estratégia do governo de reduzir o preço do gás.

Hoje, o botijão residencial de até 13 quilos (que corresponde a 72% do mercado nacional) tem subsídio cruzado. Quem consome acima de 13 quilos acaba pagando mais. Isso não significa, porém, que o preço seja mais baixo para os vasilhames menores. Para o governo, essa política encarece outros produtos e envases para compensar perdas.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirma que o botijão de 13 quilos na refinaria custa R\$ 23. Para o consumidor, chega a R\$ 90. Segundo o ministro, o preço nas refinarias ou na importação cairá para até R\$ 16.

— Isso vai impactar o preço final do botijão. Acabando com essa diferenciação de preços, entendemos que quem comercializar isso, seja produzido na refinaria ou importando, fará a R\$ 16 ou R\$ 17, e poderá vender a preço mais baixo para consumidor de baixa renda — disse o ministro.

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/08/2019****Seção: Opinião****Autor: Flávia Oliveira****Título: Fábrica de crises**

A economia brasileira cresceu 0,4% no segundo trimestre, o dobro da projeção dos especialistas, em sentido inverso ao apontado no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), tido como prévia do PIB oficial, a cargo do IBGE. O país deveria estar celebrando a expansão assentada nas indústrias de transformação e construção; o avanço do setor de serviços; a retomada do investimento produtivo; o vigor no consumo das famílias. Mas o que se via ontem eram agentes econômicos resabiados com os indicadores antecedentes

do terceiro trimestre, preocupados com a alta persistente do dólar no oceano de turbulência global, assombrados pelos impactos da Amazônia em chamas na imagem externa da nação. O Brasil, em vez de fábrica de crescimento, tornou-se linha de produção de crises.

Não foi por falta de aviso que a reputação internacional do país minguiu. Ética empresarial e responsabilidade socioambiental são ativos que passaram a integrar o rol de exigências do mundo corporativo. Quem achou que ética, transparência e combate à corrupção no mundo dos negócios eram agenda exclusiva do Brasil lavajatista estava cochilando quando empresas e instituições foram punidas por malfeitos e obrigadas a se enquadrarem.

A gigante Volkswagen, no ano passado, foi multada em 1 bilhão de euros na Alemanha por fraudes em veículos a diesel. Em 2017, a companhia assinara acordo de US\$ 4,3 bilhões com autoridades americanas para pôr fim a ações civis e criminais relacionadas ao chamado Dieselgate. Um software instalado em 11 milhões de automóveis alterava o resultado das emissões de poluentes. Foi o maior escândalo da história da montadora, que chegou a separar 30 bilhões de euros para lidar com o episódio.

A Petrobras, por causa da Lava-Jato, fechou acordo de US\$ 3,8 bilhões com acionistas estrangeiros, Justiça dos EUA, órgão regulador do mercado americano e governo brasileiro. Pela tragédia humana e ambiental em Brumadinho, a Vale registrou prejuízo de R\$ 6,4 bilhões no primeiro trimestre e de R\$ 384 milhões no segundo. Nas demonstrações financeiras de abril a junho, a mineradora separou R\$ 5,9 bilhões para despesas com o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, há sete meses, que deixou 248 mortos e 22 pessoas ainda desaparecidas. O desastre afetou a produção da companhia e levou junto os resultados da indústria extrativa no PIB brasileiro. No primeiro trimestre, derrubado pela produção de minério de ferro, o setor despencou 6,3%, segundo o IBGE.

Por essas e outras, era evidente que o descuido deliberado com a Amazônia chamuscaria a reputação do Brasil, até então, respeitado e cobrado com a mesma intensidade na agenda de proteção ao meio ambiente e redução das emissões de gases do efeito estufa. O governo do presidente Jair Bolsonaro errou no discurso e nos atos relacionados à floresta. Agora, paga preço alto, expresso na comoção global nas redes sociais, na mobilização de chefes de Estado e nas retaliações espontâneas dos consumidores de produtos brasileiros, em particular, soja, carne bovina e couro.

Enquanto governos europeus, França à frente, ameaçam o Brasil em negociações comerciais, caso do acordo Mercosul-União Europeia, importadores já anunciam suspensão de compras. Dona das marcas Kipling,

Timberland e Vans, a VF Corporation avisou que deixará de usar o couro brasileiro em seus produtos até que haja segurança de que a matéria-prima não provoca dano ambiental no país. A norueguesa Mowi, maior produtora mundial de salmão, avisou que vai procurar outros produtores de soja, se o Brasil não coibir o desmatamento.

Desde que as queimadas na Região Norte se intensificaram, ganhou força um movimento de boicote a produtos brasileiros no exterior. São iniciativas gestadas por bem-vindas campanhas de consumo consciente e anabolizadas por interesses políticos e concorrenciais. Esta semana, no jornal britânico “Guardian”, Lucy Siegle, jornalista de sustentabilidade, assinou artigo vinculando a indústria brasileira do couro às queimadas na Amazônia: “Nossa demanda por sapatos, cintos e bolsas está levando à destruição da floresta tropical. Chegou a hora de os consumidores acordarem”, escreveu. É um tipo de convocação que ameaça o projeto de recuperação econômica do país, cujo PIB patina há meia década. E pode arrastar para o limbo justos e pecadores da atividade empresarial. Remediar custa sempre mais caro que prevenir.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/08/2019

Seção: Opinião

Autor: Claudio Salles / Richard Hochtetler Instituto Acende Brasil

Título: De olho nas tarifas de energia elétrica

Não é fácil acompanhar as tarifas de energia elétrica. A variação média das tarifas residenciais que foram reajustadas entre janeiro e agosto deste ano foi de 2,9%, valor abaixo da inflação nos últimos 12 meses, de 3,2%. Mas essa média pode ser confusa para os consumidores espalhados pelas 63 distribuidoras do país, porque os reajustes individuais foram muito diferentes, variando entre um aumento de +11,7% e uma redução de -9,2%.

Uma visão mais abrangente da evolução da tarifa de energia pode ser obtida quando são observados reajustes acumulados ao longo dos últimos anos. Segundo dados oficiais (disponíveis na ótima ferramenta “Luz na Tarifa”, do site da Aneel), a tarifa média residencial subiu 72% entre 2010 e 2019, próximo da inflação medida pelo IPCA, que foi de 68%.

Se dependesse apenas do desempenho das distribuidoras, os reajustes seriam muito inferiores à inflação, pois entre 2010 e 2019 o serviço de distribuição subiu apenas 32%, menos da metade da inflação no período. Mas se os custos reais das concessionárias de distribuição de energia caíram, o que explica a

manutenção da tarifa em valores reais (valores nominais descontados da inflação)? A resposta está nos demais componentes da tarifa.

Tributos e encargos representam a maior parcela da tarifa: 48%, segundo o último estudo PwC e Instituto Acende Brasil, sendo que os encargos na tarifa média residencial subiram 44% no período. Outro componente é o custo da transmissão, que subiu 40% nos 10 últimos anos em função da ampliação da rede de transmissão para interligar sistemas previamente isolados, viabilizar usinas localizadas longe dos centros de carga, e elevar a capacidade de intercâmbio entre regiões.

Embora esses outros componentes acima tenham subido mais que o componente de distribuição, eles também aumentaram menos que a inflação no período. O componente que mais contribuiu para a elevação das tarifas de energia foi o custo da aquisição da energia, que aumentou 129%: de 108,5 R\$/MWh, em 2010, para 248,5 R\$/MWh, em 2019. Há vários fatores que ajudam a explicar essa elevação do custo de aquisição de energia elétrica.

Um primeiro fator é a condição climática: o custo aumenta nos anos em que chove menos, pois é necessário substituir a geração hidrelétrica por geração termelétrica, de custo maior, mas que agrega segurança de suprimento para o consumidor. Um segundo fator é a alteração da política operativa. Os modelos matemáticos que definem quais usinas devem ser acionadas em cada momento foram alterados para promover “despachos termelétricos preventivos” que reduzem a probabilidade e a magnitude dos deficits de geração, reduzindo o custo nos períodos críticos, mas elevando-o nos demais períodos.

Um terceiro fator, mais complexo de ser avaliado, é a política de expansão do sistema. Os leilões adotados para contratar energia de novas usinas são eficazes na contratação pelo menor preço, mas a composição de diferentes tipos de usinas contratadas pode não ser a mais adequada para atender às necessidades dos consumidores.

E por que os reajustes tarifários das concessionárias são diferentes? A razão principal é que os portfólios de contratos de compra de energia das 63 distribuidoras são diferentes. Os reajustes também variam devido a diferenças no perfil de crescimento, nas características geográficas e na incidência de furtos de energia e de inadimplência.

Por fim, há os componentes financeiros, que são compensações pelo descasamento de custos e receitas entre os reajustes tarifários anuais. Como os custos de geração variam mês a mês, mas as tarifas são reajustadas somente uma vez por ano, este descasamento é acumulado por até doze meses, gerando um saldo (positivo ou negativo) sobre o qual incidem juros. Muitas vezes este é

o componente que explica a maior parte dos reajustes, sendo que as bandeiras tarifárias mitigam este problema ao reduzir a intensidade e duração deste desajuste.

Assim, embora reajustes tarifários positivos ganhem mais atenção na mídia, o exame sistemático e em horizontes maiores indica que a evolução da conta de luz não tem sido muito diferente dos demais bens e serviços. Além disso, é bom lembrar que reajustes e revisões tarifárias são minuciosamente avaliados pela Aneel e submetidos ao escrutínio da sociedade por meio de audiências públicas. Portanto, quando uma alteração tarifária é autorizada pela Aneel, é porque ela realmente é necessária.

MME / ASCOM .